

MARCOS EHRHARDT JÚNIOR

MARCOS CATALAN

PABLO MALHEIROS

COORDENADORES

# DIREITO CIVIL E TECNOLOGIA

TOMO I

2ª edição revista e atualizada

FORUM

Marcos Ehrhardt Júnior

Marcos Catalan

Pablo Malheiros

Coordenadores

## DIREITO CIVIL E TECNOLOGIA

Tomo I

2ª edição revista e atualizada

Área específica  
DIREITO CIVIL.

### Áreas afins

DIREITO DIGITAL, DIREITO ELETRÔNICO, DIREITO  
E TECNOLOGIA, DIREITO DO CONSUMIDOR.

### Público-alvo/consumidores

ADVOGADOS E DEMAIS OPERADORES  
JURÍDICOS QUE BUSCAM ESPECIALIZAÇÃO NO  
CAMPO DO DIREITO DIGITAL, ESTUDANTES DE  
GRADUAÇÃO DOS ÚLTIMOS TRÊS SEMESTRES  
(O LIVRO SERVIRÁ COMO BIBLIOGRAFIA PARA  
OS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO),  
ALUNOS DE CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO EM  
DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL, BEM COMO  
ALUNOS DE MESTRADO/DOUTORADO, JÁ QUE  
OS ORGANIZADORES E ALGUNS AUTORES  
INCLUIRÃO A OBRA NAS BIBLIOGRAFIAS BÁSICAS  
DE SUAS RESPECTIVAS DISCIPLINAS.

Estamos vivenciando um intenso período de mudanças provocadas pela utilização de novas tecnologias. O impacto das alterações no modo de interagir com as pessoas, comprar produtos e serviços, aliado ao surgimento de novos bens e formas de compartilhamento, necessita de atenção da doutrina, especialmente pela velocidade com que tais mudanças chegam para apreciação no Poder Judiciário.

Em vários aspectos, as soluções analógicas oferecidas pela legislação vigente necessitam ser repensadas e funcionalizadas, sobretudo num contexto de ausência de regulação estatal (ou regulação insuficiente) sobre temas relativos à inteligência artificial, engenharia genética, novas moedas, privacidade e proteção de dados, ferramentas digitais de interação social e negócios, entre tantos outros assuntos, que constituem uma parcela crescente de nosso cotidiano.

A proposta deste livro é registrar as mudanças nos institutos do direito privado (e as perspectivas para os próximos anos) a partir do impacto das transformações tecnológicas que vivenciamos. Trata-se de uma iniciativa que busca congrega pesquisadores e profissionais do direito de todo o país, além de convidados estrangeiros, para que se possa apresentar um grande retrato do impacto da tecnologia no cotidiano dos sujeitos de direito, tanto em suas relações existenciais quanto patrimoniais.

FORMATO: 17 × 24 cm

CÓDIGO: 10003077

D598      Direito Civil e tecnologia/ Marcos Ehrhardt Júnior, Marcos Catalan, Pablo Malheiros (Coord.). 2. ed. – Belo Horizonte : Fórum, 2021.  
780 p.; 17 x 24cm  
Tomo I

ISBN: 978-65-5518-255-2

1. Direito Civil. 2. Direito Digital. 3. Direito Eletrônico. 4. Tecnologia. I. Ehrhardt Júnior, Marcos. II. Catalan, Marcos. III. Malheiros, Pablo. IV. Título.

CDD: 342.1

CDU: 347

Elaborado por Daniela Lopes Duarte – CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

EHRHARDT JÚNIOR, Marcos; CATALAN, Marcos; MALHEIROS, Pablo (Coord.). *Direito Civil e tecnologia*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2021. t. I. 780 p. ISBN 978-65-5518-255-2.

**Marcos Ehrhardt Júnior** é Doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor de Direito Civil dos cursos de mestrado e graduação da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e do Centro Universitário Cesmac. Pesquisador Visitante do Instituto Max-Planck de Direito Privado Comparado e Internacional (Hamburgo/Alemanha). Editor da *Revista Fórum de Direito Civil* (RFDC). Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Civil (IBDCIVIL). Presidente da Comissão de Enunciados e vice-presidente da Comissão de Família e Tecnologia do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM). Associado do Instituto Brasileiro de Estudos em Responsabilidade Civil (Iberc) e membro fundador do Instituto Brasileiro de Direito Contratual – IBDCONT. *E-mail*: contato@marcosehrhardt.com.br.

**Marcos Catalan** é Doutor *summa cum laude* em Direito pela Faculdade do Largo de São Francisco, Universidade de São Paulo. Mestre em Direito pela Universidade Estadual de Londrina. Professor da pós-graduação em Direito e Sociedade da Universidade La Salle. Professor da Escola de Direito da Unisinos. *Visiting Scholar* no Istituto Universitario di Architettura di Venezia (2015-2016). Estágio pós-doutoral na Facultat de Dret da Universitat de Barcelona (2015-2016).

**Pablo Malheiros** é Pós-Doutor em Direito na Universidade de Brasília. Doutor em Direito das Relações Sociais pela Universidade Federal do Paraná. Mestre em Função Social do Direito pela Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo. Especialista em Direito Civil pela Unisul. Especialista em Filosofia do Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Graduado em Direito na Universidade Católica de Brasília. Graduando em Filosofia na Universidade Católica de Brasília. Professor adjunto em Direito Civil e Processo Civil da Universidade Federal de Goiás e professor colaborador do programa de pós-graduação em Direito Agrário da mesma instituição. Diretor de publicação do IBDCONT. Diretor do IBDFAM/DF. Assessor jurídico na Terracap (DF). Advogado.

APRESENTAÇÃO DA SEGUNDA EDIÇÃO.....	17
PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	
DO DEVER DE PREVENÇÃO EM MATÉRIA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	
<b>Eduardo Luiz Busatta</b> .....	21
1 Introdução.....	21
2 Da privacidade à proteção de dados pessoais (ou do homem-castelo à autodeterminação informativa no mundo em rede).....	23
3 Da sociedade de risco e dos riscos em relação aos dados pessoais.....	29
4 Prevenção em matéria de proteção de dados pessoais .....	34
4.1 A travessia do direito: da atuação repressiva à atuação preventiva .....	34
4.2 A abordagem baseada no risco do Regulamento Geral de Proteção de Dados – RGPD (UE) 2016/679 .....	38
4.3 Princípios da boa-fé, segurança, prevenção, responsabilização e prestação de contas: a racionalidade <i>ex ante</i> da LGPD .....	40
5 Conclusão.....	48
Referências .....	49
A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS DO NASCITURO	
<b>Adriano Marteleto Godinho, Daniel Sampaio de Azevedo</b> .....	53
1 Introdução.....	53
2 A situação jurídica do nascituro no direito brasileiro .....	55
3 O nascituro como titular do direito à proteção dos dados pessoais .....	60
4 Considerações finais.....	62
Referências .....	62
A NATUREZA JURÍDICA DO CONSENTIMENTO PREVISTO NA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS: ENSAIO À LUZ DA TEORIA DO FATO JURÍDICO	
<b>Juliana de Oliveira Jota Dantas, Eduardo Henrique Costa</b> .....	65
Introdução.....	65
1 A Lei Geral de Proteção de Dados e estrutura para o fluxo de dados .....	66
1.1 Classificação dos dados pessoais segundo a LGPD.....	69
1.2 Princípios inerentes ao tratamento de dados pessoais: contextualização evolutiva da boa-fé objetiva.....	69
2 Consentimento e autodeterminação informativa .....	71
3 Breves considerações sobre a teoria do fato jurídico para recorte epistemológico no estudo do consentimento .....	74
3.1 A constituição do fato jurídico.....	74
3.2 Espécies de fato jurídico .....	76
4 Em busca da natureza jurídica do consentimento.....	77
Considerações finais.....	82
Referências .....	83
O USO DE DRONES NO JORNALISMO E A TUTELA DA PRIVACIDADE	
<b>Antonio Jorge Pereira Júnior, Caio Morau</b> .....	85
Introdução.....	85
1 Conceituação e regulamentação do uso de <i>drones</i> .....	86
2 Os dilemas do jornalismo por meio de <i>drones</i> e a proteção à privacidade.....	88
3 Direitos sob risco .....	90
Conclusão.....	94
Referências .....	95
A PRIVACIDADE NAS REDES SOCIAIS E A CULTURA DO CANCELAMENTO	
<b>Bruno de Lima Acioli, Erick Lucena Campos Peixoto</b> .....	97
1 Notas introdutórias.....	97
2 Privacidade nas redes sociais .....	99
3 “Descansa, militante!” .....	100

4	“Passando o pano” .....	103
5	A cultura do cancelamento e o politicamente correto.....	103
6	Redes sociais, memória, esquecimento e cancelamento .....	109
7	Considerações finais.....	111
	Referências .....	112

#### CÂMERAS PRIVADAS DE VIGILÂNCIA ANTE O DIREITO À PRIVACIDADE E OS LIMITES IMPOSTOS PELA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

<b>Jéssica Andrade Modesto, Marcos Ehrhardt Júnior</b> .....	115
1 Introdução.....	115
2 Direito à privacidade na sociedade da informação.....	116
3 Os limites à utilização das câmeras privadas de vigilância: o direito à privacidade e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.....	119
4 Considerações finais.....	124
Referências .....	125

#### A DIFUSÃO DE SISTEMAS DE VIDEOVIGILÂNCIA NA URBE CONTEMPORÂNEA: UM ESTUDO INSPIRADO EM ARGOS PANOPTES, CÉREBROS ELETRÔNICOS E SUAS CONEXÕES COM A LIBERDADE E A IGUALDADE

<b>Marcos Catalan</b> .....	127
1 A cidade em movimento: uma sucinta reflexão a título de introito .....	127
2 Abrindo fissuras na fenomenologia das relações sociais: método, metodologia e dados relevantes acerca de Porto Alegre e Canoas .....	131
3 A vingança de Argos Panoptes .....	135
4 Conclusões inconclusivas: sobre sombras e vaga-lumes .....	139
Referências .....	140

#### O DIREITO FUNDAMENTAL À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E OS LIMITES AO SERVIÇO REMUNERADO DE CONFERÊNCIA DE DADOS POR BIOMETRIA

<b>Ricardo Schneider Rodrigues, Regina Linden Ruaro</b> .....	143
Introdução.....	143
1 O direito fundamental à proteção de dados pessoais no Brasil.....	145
2 O âmbito de proteção do direito fundamental à proteção de dados pessoais ..	149
2.1 O bem jurídico protegido: a delimitação de dados pessoais e de dados sensíveis.....	150
2.2 O conteúdo do direito fundamental à proteção de dados: as posições jurídicas situadas em seu âmbito de proteção.....	152
3 Os limites e os limites aos limites do direito fundamental à proteção de dados pessoais .....	154
4 Análise do serviço de conferência de dados à luz do direito fundamental à proteção de dados pessoais.....	158
Conclusão.....	161
Referências .....	162

#### O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS NO COMBATE À COVID-19: ENTRE SOLUÇÕES E DANOS COLATERAIS

<b>Gabriela Buarque Pereira Silva, Jéssica Andrade Modesto, Marcos Ehrhardt Júnior</b> .....	165
1 Introdução.....	165
2 Utilização de dados pessoais no combate à Covid-19: entre soluções e danos colaterais.....	166
3 Medidas de enfrentamento à pandemia e a importância da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.....	171
4 O tratamento de dados pessoais para fins de proteção sanitária no Brasil durante a <i>vacatio legis</i> da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.....	176
5 Conclusão.....	179
Referências .....	181

#### RELAÇÕES OBRIGACIONAIS PATRIMONIAIS

#### REFLEXÕES SOBRE OS CONTRATOS INTELIGENTES (SMART CONTRACTS) E SEUS PRINCIPAIS REFLEXOS JURÍDICOS

<b>Guilherme Magalhães Martins, José Luiz de Moura Faleiros Júnior</b> .....	187
1 Introdução.....	187
2 O poder pela arquitetura: Lessig, Reidenberg e... Nakamoto? .....	188

2.1	Da <i>Lex Informatica</i> ao <i>Code</i> .....	190
2.2	A tecnologia <i>blockchain</i> vista em perspectiva.....	192
2.3	A rede <i>Ethereum</i> e sua relevância para os contratos inteligentes ( <i>smart contracts</i> ) .....	193
3	Exequibilidade baseada no código ( <i>code-based enforcement</i> ).....	195
4	Periclitâncias e aporias.....	198
4.1	<i>Smart contracts</i> e contratos relacionais.....	200
4.2	Os custos da inflexibilidade.....	201
4.3	Os riscos da tecnocracia.....	202
5	Considerações finais.....	203
	Referências .....	204

#### NOVAS FORMAS CONTRATUAIS ESTABELECIDAS A PARTIR DO MONITORAMENTO DIGITAL

	<b>Maurício Requião, Fernanda Rêgo Oliveira Dias</b> .....	209
1	O monitoramento comportamental através da coleta massiva de dados pessoais na era digital .....	209
2	Novas formas contratuais estabelecidas a partir do monitoramento .....	213
3	Natureza jurídica das novas formas contratuais .....	216
3.1	Boa-fé no ordenamento jurídico brasileiro. Um paralelo com a sociedade da transparência .....	216
3.2	Incerteza e falibilidade humana como elementos da execução contratual .....	219
3.3	Comparação com os contratos de adesão.....	220
4	Considerações finais.....	223
	Referências .....	224

#### FINTECHS DE CRÉDITO: BREVE ENSAIO SOBRE A SOCIEDADE DE EMPRÉSTIMO ENTRE PESSOAS E A SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO

	<b>André Luiz Arnt Ramos, Paulo Mayerle Queiroz</b> .....	227
	Introdução.....	227
	A Resolução CMN nº 4.656/2018 e as <i>fintechs</i> de crédito (sociedade de empréstimo entre pessoas e sociedade de crédito direto).....	230
	Conclusão.....	237
	Referências .....	238

#### ASSINATURA ELETRÔNICA DE CONTRATOS DE COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA: O IMPACTO DA TECNOLOGIA NO DIREITO IMOBILIÁRIO CONTEMPORÂNEO

	<b>Flaviana Rampazzo Soares</b> .....	241
	Introdução.....	241
1	O traço conceitual da assinatura.....	242
2	A assinatura virtual e as suas espécies: digital e eletrônica .....	243
2.1	A assinatura digital.....	245
2.2	A assinatura eletrônica.....	245
3	Níveis de segurança das assinaturas virtuais.....	246
4	Aplicações das assinaturas virtuais na compra e venda de imóveis .....	248
5	Requisitos específicos de validade da assinatura eletrônica nos compromissos de compra e venda e presunção relativa de integridade de conteúdo e de autoria.....	250
	Conclusões .....	253
	Referências .....	255

#### INOVAÇÃO EM SEGUROS – REFLEXÕES PARA OS CAMINHOS DE TRANSIÇÃO

	<b>Angélica Lucía Carlini</b> .....	257
	Introdução.....	257
1	Linhas gerais dos aspectos técnicos dos contratos de seguros privados .....	258
2	Inovação e seguro – Como inovar em um setor conservador.....	261
3	Tendências de inovação para o setor de seguros: os seguros cibernéticos ( <i>cyber seguros</i> ).....	265
	Conclusão.....	268
	Referências .....	269

APLICATIVOS DE ECONOMIA COMPARTILHADA: TUTELA DA VULNERABILIDADE DOS USUÁRIOS DIANTE DOS “TERMOS E CONDIÇÕES DE USO”

<b>Eduardo Nunes de Souza, Cássio Monteiro Rodrigues</b> .....	271
1 Introdução .....	271
2 O modelo negocial da <i>sharing economy</i> .....	272
3 Tutela de vulnerabilidades contratuais e sua extensão à economia compartilhada .....	277
4 Desafios postos pelos termos e condições de uso das plataformas de compartilhamento .....	281
5 Considerações finais .....	286
Referências .....	287

PRÁTICAS DE DISCRIMINAÇÃO DO CONSUMIDOR EM RAZÃO DA SUA LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA: *GEOPRICING* E *GEOBLOCKING*

<b>Cristiano Heineck Schmitt, Camila Possan de Oliveira</b> .....	291
Introdução .....	291
1 Tipos de vulnerabilidade .....	291
2 Discriminações no mercado de consumo .....	294
3 <i>Geopricing</i> e <i>geoblocking</i> .....	295
4 Outras sanções aplicáveis à discriminação do consumidor em razão da sua geolocalização .....	299
Conclusão .....	302
Referências .....	302

RELAÇÕES FAMILIARES E DIREITO DAS SUCESSÕES

CONVIVÊNCIA VIRTUAL: É PRECISO PRIMEIRO TENTAR CONVIVER – NOVAS TECNOLOGIAS E OS DESAFIOS PÓS-COVID-19

<b>Caroline Pomjé, Simone Tassinari Cardoso Fleischmann</b> .....	307
1 Introdução .....	307
2 A convivência parental: delimitação do instituto .....	309
3 Convivência em situações de excepcionalidade: Covid-19 e o convívio familiar .....	314
4 Conclusão .....	322
Referências .....	324

OS IMPACTOS DOS AVANÇOS TECNOLÓGICOS NOS INSTITUTOS DA GUARDA E CONVIVÊNCIA FILIAL

<b>Ana Carolina Pires de Souza Senna</b> .....	327
Introdução .....	327
1 Evolução da família – Da família patriarcal à família virtual .....	328
2 Institutos que regem as relações filiais – Autoridade parental, guarda e convivência familiar .....	330
2.1 Autoridade parental (poder familiar) .....	330
2.2 Guarda .....	333
2.2.1 Modalidades de guarda: unilateral e compartilhada .....	333
2.2.2 A imposição legal do compartilhamento da guarda .....	334
2.3 Convivência familiar (o direito de visitas) .....	335
2.3.1 A convivência familiar equilibrada na guarda compartilhada .....	336
3 A base de moradia .....	337
4 Utilização dos recursos tecnológicos como forma de efetivação da guarda e convivência filial .....	338
Conclusão .....	340
Referências .....	341

TUTELA JURÍDICA DOS BENS DIGITAIS ANTE OS REGIMES DE BENS COMUNHEIROS

<b>Ana Carolina Brochado Teixeira, Livia Teixeira Leal</b> .....	345
1 Transformações tecnológicas e seus reflexos sobre a concepção de propriedade .....	345
2 Os bens digitais e suas peculiaridades .....	348
3 A (im)possibilidade de partilha dos bens digitais .....	350
4 Considerações finais .....	356
Referências .....	357



<b>TECNOLOGIA NO COMBATE À MÁ-FÉ DO DEVEDOR DE ALIMENTOS: A PRESUNÇÃO JUDICIAL DA RIQUEZA APARENTE</b>		
<b>Maria Rita de Holanda</b>		359
I	Introdução	359
II	Os alimentos e sua efetividade no contexto de vulnerabilidades	360
III	Privacidade e relativização	364
IV	A riqueza aparente nas redes e os mecanismos de valorização judicial dos indícios como garantia da efetividade dos alimentos	367
V	Conclusão	370
	Referências	370
 <b>NOVAS TECNOLOGIAS DE DETERMINAÇÃO DA PATERNIDADE E O INÍCIO DO PRAZO PRESCRICIONAL NA AÇÃO DE PETIÇÃO DE HERANÇA</b>		
<b>Lucas Abreu Barroso, Lorenzo Caser Mill</b>		373
1	Abertura	373
2	A petição de herança e sua natureza jurídica	373
3	(In)adequação do prazo prescricional geral do Código Civil?	375
4	A questão do início da contagem do prazo prescricional	376
5	Novas tecnologias de determinação da paternidade e o prazo extintivo da pretensão do exercício do direito de ação na petição de herança	377
	Referências	380
 <b>A COVID-19, O FORMALISMO DO TESTAMENTO E A REFLEXÃO SOBRE O POSSÍVEL PAPEL DA TECNOLOGIA</b>		
<b>Rodrigo Mazzei, Bernardo Azevedo Freire</b>		383
I	Notas introdutórias acerca do planejamento sucessório e do testamento	383
II	Dos rigores formais do testamento particular em tempos de isolamento social e da tecnologia como válvula de escape	386
III	Da conclusão	390
 <b>PROPOSTAS PARA A REGULAÇÃO DA HERANÇA DIGITAL NO DIREITO BRASILEIRO</b>		
<b>Gabriel Honorato, Livia Teixeira Leal</b>		393
1	Notas introdutórias	393
2	Tentativas de regulação da herança digital e os equívocos legislativos	395
3	Propostas para a regulação da matéria	398
4	Notas conclusivas	405
	Referências	407
 <b>DIREITO DE DANOS ANTE AS NOVAS TECNOLOGIAS</b>		
 <b>A LESÃO CONTINUADA DECORRENTE DE PUBLICAÇÃO EM MÍDIA DIGITAL</b>		
<b>Carlos Edison do Rêgo Monteiro Filho, Gustavo Souza de Azevedo</b>		411
1	Introdução: a influência do tempo nas relações jurídicas	411
2	Publicação em mídia digital e lesão continuada	413
3	Consequências jurídicas da lesão continuada oriunda de publicação no ambiente virtual	417
3.1	Contagem de prazos prescricionais e decadenciais	418
3.2	Possibilidade de tutela de remoção do ilícito	420
3.3	Quantificação da compensação por danos extrapatrimoniais sofridos pela vítima	422
4	Reflexões finais	423
	Referências	424
 <b>RESPONSABILIDADE CIVIL DOS ADVOGADOS NO TRATAMENTO DE DADOS À LUZ DA LEI Nº 13.709/2018</b>		
<b>Carlos Nelson Konder, Marco Antônio de Almeida Lima</b>		427
1	Introdução	427
2	O cenário atual da responsabilidade civil por dano causado na prestação de serviços advocatícios	429
3	O regime de responsabilidade civil adotado pela LGPD	432
3.1	Argumentos a favor da responsabilidade objetiva	435
3.2	Argumentos a favor da responsabilidade subjetiva	436
3.3	Afinal, qual é o regime adotado pela LGPD?	437

4	Os impactos da LGPD na responsabilidade civil do advogado por tratamento de dados.....	439
5	Conclusão.....	442
	Referências .....	442
CONTORNOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL NO ÂMBITO DOS CONTRATOS ELETRÔNICOS FORMADOS A PARTIR DE SISTEMAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL		
	<b>Geraldo Frazão de Aquino Júnior</b> .....	445
1	A internet e a contratação eletrônica .....	445
2	Os contratos eletrônicos.....	450
3	A responsabilidade civil no âmbito dos contratos eletrônicos formados a partir de sistemas de inteligência artificial .....	456
4	Considerações finais.....	461
	Referências .....	462
RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL DOS INFLUENCIADORES DIGITAIS PELA VEICULAÇÃO DE PUBLICIDADE ILÍCITA NAS REDES SOCIAIS		
	<b>Dante Ponte de Brito</b> .....	465
1	Introdução.....	465
2	Ciberespaço, publicidade, consumismo e redes sociais.....	466
3	Influenciadores digitais e controle da publicidade nas redes sociais.....	469
4	Responsabilização dos influenciadores digitais e dever de indenizar .....	475
5	Conclusão.....	477
	Referências .....	477
LIBERDADE, VERDADE E <i>FAKE NEWS</i> : MECANISMOS PARA O RESSARCIMENTO DE DANOS		
	<b>João Quinelato</b> .....	479
	Introdução.....	479
1	<i>Fake news</i> : definição, consequências e incompatibilidades com as liberdades comunicativas.....	482
1.1	<i>As fake news</i> e o <i>marketplace of ideas</i> .....	486
1.2	Os limites às liberdades comunicativas .....	492
2	A responsabilidade civil solidária entre o provedor de aplicações e o autor da notícia pelos danos decorrentes de <i>fake news</i> .....	494
	Síntese conclusiva.....	499
	Referências .....	499
DISRUPÇÃO E DESAFIOS DE NOVAS TECNOLOGIAS		
NOVAS TECNOLOGIAS E O FUTURO DAS RELAÇÕES OBRIGACIONAIS PRIVADAS NA ERA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: A PREPONDERÂNCIA DO “FATOR HUMANO”		
	<b>Alexandre Barbosa da Silva, Phillip Gil França</b> .....	505
1	Introdução.....	505
2	Relações obrigacionais na era da inteligência artificial.....	508
3	Quando a inteligência artificial ameaça a inteligência natural nas relações obrigacionais .....	511
4	Direito obrigacional, inteligência artificial e fator humano .....	515
5	Conclusões .....	520
	Referências .....	523
A ROBÓTICA E AS DISCUSSÕES SOBRE A PERSONALIDADE ELETRÔNICA		
	<b>Marcelo de Oliveira Milagres</b> .....	525
1	Considerações iniciais .....	525
2	Robótica .....	526
3	Personalidade .....	527
4	Robótica e personalidade .....	529
5	Conclusões .....	533
	Referências .....	534



<b>DOS PINCÉIS AOS ALGORITMOS: A TITULARIDADE DAS EXPRESSÕES ARTÍSTICAS E CRIATIVAS RESULTANTES DA APLICAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL</b>	
<b>Marcelo L. F. de Macedo Bürger, Rafael Corrêa</b> .....	535
1 "Lord, what fools these mortals be!": Pigcasso, a <i>selfie</i> do macaco, inteligência artificial e o incessante repensar sobre as titularidades .....	535
2 A expansão da criatividade e a aquisição de propriedade intelectual: inovação em sentido estético e técnico nas aplicações de inteligência artificial .....	539
3 A César o que é de César: a quem atribuir a titularidade das expressões artísticas e criativas desenvolvidas por inteligência artificial?.....	543
4 Conclusões .....	547
Referências .....	548
<b>STARTUPS E EMPREENDEDORISMO DE BASE TECNOLÓGICA: PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA O DIREITO SOCIETÁRIO BRASILEIRO</b>	
<b>José Luiz de Moura Faleiros Júnior</b> .....	551
1 Introdução.....	551
2 O empreendedorismo e seu papel no "direito das <i>startups</i> " .....	551
2.1 Inovação disruptiva, inovação descontínua e testagem.....	554
2.2 Pivotagem e MVP.....	555
3 O "direito das <i>startups</i> " no Brasil .....	556
3.1 Relações B2B, B2C e a assimetria contratual atípica das relações B2b .....	557
3.2 <i>Startups</i> e redes contratuais.....	561
3.3 <i>Vesting</i> e a teoria dos contratos relacionais .....	563
4 Considerações finais.....	566
Referências .....	567
<b>MARCO LEGAL PARA <i>STARTUPS</i> NO BRASIL: UM CAMINHO NECESSÁRIO PARA SEGURANÇA JURÍDICA DO ECOSISTEMA DE INOVAÇÃO</b>	
<b>Clara Cardoso Machado Jaborandy, Tatiane Gonçalves Miranda Goldhar</b> .....	569
1 Introdução.....	569
2 Características específicas da <i>startup</i> e a necessidade de regulação jurídica específica .....	570
3 Declaração de direitos de liberdade econômica (Lei nº 13.874/2019), Inova Simples e criação de um marco legal para <i>startups</i> .....	574
4 Considerações finais.....	580
Referências .....	580
<b>DIREITO 5.0</b>	
<b>José Barros Correia Junior, Paula Falcão Albuquerque</b> .....	583
Introdução.....	583
1 A Revolução Industrial: será que já se pode pensar na era 5.0? .....	584
1.1 As revoluções industriais .....	584
1.2 Computação tradicional <i>vs.</i> computação quântica .....	586
2 Inteligência artificial (IA) e a computação quântica.....	588
3 A máquina quântica e a segurança relacional na área da computação avançada.....	590
4 Problemas que o direito (atual) não pode deixar de resolver.....	592
Considerações finais.....	594
Referências .....	595
<b>PLATAFORMAS DE <i>STREAMING</i> E O COMPARTILHAMENTO DE SENHAS: IMPLICAÇÕES JURÍDICAS NA ECONOMIA DE COMPARTILHAMENTO</b>	
<b>Gabriela Buarque Pereira Silva</b> .....	597
1 Introdução.....	597
2 Termos de uso de plataformas de <i>streaming</i> .....	598
3 O delito de violação ao direito autoral.....	601
4 O enquadramento jurídico do compartilhamento de senhas.....	606
5 Considerações finais.....	610
Referências .....	610
<b>PERSONALIDADE JUDICIÁRIA DO NAVIO E A RESPONSABILIDADE CIVIL NO DIREITO MARÍTIMO EM FACE DO ABUSO DO DIREITO DE PERSONALIDADE DO NAVIO</b>	
<b>Ingrid Zanella Andrade Campos</b> .....	613

1	Introdução.....	613
2	A responsabilidade e a personalidade judiciária do navio .....	615
3	Os possíveis direitos de personalidade do navio .....	618
4	Abuso de direito subjetivo e responsabilidade civil no direito marítimo .....	621
5	Conclusão.....	622
	Referências .....	623

## BIODIREITO E TECNOLOGIA

### O DIREITO E O AVANÇO DA ENGENHARIA GENÉTICA

	<b>Mikaela Minaré Braúna, Leonardo Minaré Braúna .....</b>	<b>627</b>
1	Introdução.....	627
2	Engenharia genética .....	629
2.1	Nucleases Dedos de Zinco ( <i>Zinc Finger Nucleases – ZFNs</i> ).....	631
2.2	Nucleases Ligadas a Proteínas Efetoras Semelhantes a Ativadores Transcricionais ( <i>Transcription Activator-Like Effector Nucleases – TALENs</i> ) .....	631
2.3	Meganucleases ( <i>Laglidag Homing Endonucleases – LHEs</i> ).....	632
2.4	Repetições Palindrômicas Curtas Espaçadas por Agrupamentos Regulatórios ( <i>Clustered Regulatory Interspaced Short Palindromic Repeats – CRISPRs/Cas9</i> ).....	632
3	Da laicidade do Estado .....	635
4	Princípio e valor.....	635
5	Princípios constitucionais.....	637
6	A dignidade da pessoa humana .....	637
7	Direito à vida.....	638
8	Direito à saúde.....	639
9	Livre expressão da atividade científica.....	639
10	Considerações finais.....	640
	Referências .....	641

### ENTRE A FICÇÃO CIENTÍFICA E A REALIDADE: O “ÚTERO ARTIFICIAL” E AS (FUTURAS) PERSPECTIVAS EM MATÉRIA DE BIOTECNOLOGIA REPRODUTIVA HUMANA À LUZ DO BIODIREITO

	<b>Manuel Camelo Ferreira da Silva Netto, Carlos Henrique Félix Dantas .....</b>	<b>645</b>
	Introdução.....	645
1	O admirável mundo novo da ectogênese: entre a ficção científica utópica e a realidade.....	647
2	O “útero artificial”, o presente e o futuro: em que fase estamos? .....	650
3	Dilemas jurídicos que podem advir do uso do “útero artificial” em humanos: o papel do biodireito como norteador das novas biotecnologias.....	656
3.1	O papel da bioética e do biodireito na proteção da pessoa humana a partir do desenvolvimento de novas tecnologias .....	656
3.2	Os possíveis efeitos jurídicos do recurso ao “útero artificial” .....	659
3.2.1	A tutela jurídica do embrião gestado no “útero artificial”: atribuição dos direitos da personalidade e extensão da proteção jurídica do nascituro.....	660
3.2.2	Estabelecimento dos vínculos materno-paterno-filiais no contexto da ectogênese .....	662
3.2.3	O “útero artificial” e as suas possíveis repercussões no campo contratual e na responsabilidade civil.....	665
	Considerações finais.....	668
	Referências .....	669

### CIRURGIAS ASSISTIDAS POR ROBÔS E ANÁLISE DIAGNÓSTICA COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: NOVOS DESAFIOS SOBRE OS PRINCÍPIOS CONTRATUAIS E O EQUACIONAMENTO DA RESPONSABILIDADE CIVIL MÉDICA

	<b>Paulo Nalin, Rafaella Nogaroli .....</b>	<b>673</b>
1	Notas introdutórias: o (re)pensar da responsabilidade civil e dos princípios contratuais com a utilização da robótica e inteligência artificial nos cuidados da saúde.....	673
2	Cirurgias assistidas por robô e reflexos na seara da responsabilidade civil.....	676
2.1	Conceitos basilares da responsabilidade civil médica no séc. XXI.....	677
2.2	Forma de atribuição da responsabilidade civil entre todos os agentes envolvidos na cirurgia robótica .....	680
3	Inteligência artificial na análise diagnóstica e responsabilidade médica por erro de diagnóstico .....	685

3.1	Riscos da inteligência artificial na análise diagnóstica e as cláusulas contratuais éticas.....	687
3.2	Responsabilidade civil do médico na análise diagnóstica apoiada em inteligência artificial.....	691
4	Conclusão.....	693
	Referências.....	695

## EXPERIÊNCIA ESTRANGEIRA

PRIVACIDAD Y CONSENTIMIENTO EN EL ENTORNO DIGITAL. APROXIMACIÓN DESDE LA PERSPECTIVA DE LA UNIÓN EUROPEA		
	<b>M. Natalia Mato Pacín.....</b>	699
I	Introducción: Desarrollo tecnológico y datos personales.....	699
II	El consentimiento como base legal para el tratamiento de datos personales....	701
1	Requisitos para un consentimiento válido.....	701
2	El consentimiento al tratamiento de datos personales en los contratos “gratuitos” .....	704
3	Las otras bases legales para el tratamiento de datos personales .....	707
III	¿Del modelo “advice & consent” al del “privacy by design”?.....	709
	Bibliografía.....	713
LA OBSOLESCENCIA PROGRAMADA EN LA LEY 19.496 SOBRE PROTECCIÓN DE LOS DERECHOS DE LOS CONSUMIDORES CHILENA		
	<b>Erika Isler Soto.....</b>	717
	Introducción .....	717
1	Una aproximación conceptual .....	718
2	Obsolescencia programada y régimen de la Ley 19.496 .....	718
2.1	El consumidor no ha sido informado acerca de la incorporación de una práctica de obsolescencia programada en el producto .....	718
2.1.1	El derecho básico a una información veraz y oportuna.....	719
2.1.2	La información básica comercial .....	721
2.1.3	Publicidad falsa y/o engañosa.....	722
2.2	El consumidor ha sido informado acerca de la incorporación de una práctica de obsolescencia programada .....	723
	Conclusiones .....	725
	Bibliografía.....	726
LA IMPLEMENTACIÓN DE LAS TÉCNICAS DE SECUENCIACIÓN MASIVA Y SUS IMPLICACIONES JURÍDICAS EN EL CAMPO DEL DERECHO PRIVADO		
	<b>Natalia Wilson Aponte .....</b>	729
I	Introducción .....	729
II	Regulación, características y tratamiento de los datos genómicos.....	730
III	Riesgos inherentes al tratamiento de los datos genómicos.....	734
IV	Medidas jurídicas de protección en función al tratamiento de datos genómicos .....	741
	Referencias.....	744
LAS NUEVAS TECNOLOGÍAS ANTE LA “SEXTIMIDAD”. LA RESPONSABILIDAD CIVIL Y PENAL POR EL SEXTING		
	<b>Albert Ruda.....</b>	745
1	Introducción .....	745
2	Riesgos del sexting desde el prisma de la responsabilidad civil .....	746
3	La intersección con el Derecho penal .....	750
4	Conflictos entre los intereses en juego .....	755
5	Aspectos subjetivos.....	758
6	El daño .....	765
7	Conclusiones .....	768
	Bibliografía.....	769
	SOBRE OS AUTORES .....	773

**Adriano Marteleto Godinho**

Professor da Universidade Federal da Paraíba. Doutor em Ciências Jurídicas pela Universidade de Lisboa. Mestre em Direito Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais. *E-mail*: adrgodinho@hotmail.com.

**Albert Ruda**

Profesor agregado de Derecho civil. Decano – Facultad de Derecho, Universidad de Girona. *E-mail*: albert.ruda@udg.edu.

**Alexandre Barbosa da Silva**

Doutor em Direito pela UFPR. Mestre em Direito pela Universidade Paranaense. Professor da Graduação e Pós-Graduação da Univel e da Escola da Magistratura do Paraná. Bolsista Capes no Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior nº 9808-12-4, com Estudos Doutorais na Universidade de Coimbra. Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Direito Civil-Constitucional Virada de Copérnico da UFPR e do Grupo de Pesquisas Direito e Regulações da Univel. Procurador do Estado do Paraná.

**Ana Carolina Brochado Teixeira**

Doutora em Direito Civil pela UERJ. Mestre em Direito Privado pela PUC Minas. Especialista em Diritto Civile pela Università degli Studi di Camerino, Itália. Professora de Direito Civil do Centro Universitário UNA. Coordenadora editorial da *Revista Brasileira de Direito Civil – RBDCivil*. Advogada.

**Ana Carolina Pires de Souza Senna**

Advogada com especialização em Direito das Famílias e Sucessório pela Universidade Cândido Mendes.

**André Luiz Arnt Ramos**

Doutor e Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Professor de Direito Civil na Universidade Positivo. Membro do Grupo de Pesquisa Virada de Copérnico (UFPR). Associado ao Instituto dos Advogados do Paraná, ao Instituto Brasileiro de Direito Contratual e ao Instituto Brasileiro de Estudos em Responsabilidade Civil. Advogado.

**Angélica Lucía Carlini**

Doutora em Direito Político e Econômico. Doutora em Educação. Mestre em Direito Civil. Mestre em História Contemporânea. Pós-Doutora em Direito Constitucional. Graduada em Direito. Docente do Ensino Superior. Advogada. Parecerista.

**Antonio Jorge Pereira Júnior**

Doutor, Mestre e Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – Largo de São Francisco (USP). Professor Titular do Programa de Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade de Fortaleza (PPGD-Unifor, Capes 6). Líder do Grupo de Pesquisa Direito Privado na Constituição (CNPq). Avaliador do Ministério da Educação (Sinaes). Membro da Academia Paulista de Letras Jurídicas (APLJ), da International Academy for the Study of the Jurisprudence of the Family (IASJF) e da Academia Iberoamericana de Derecho de la Familia y de la Persona (AIDFP). Membro da Associação de Direito de Família e das Sucessões (ADFAS) e Presidente da seção Ceará (ADFAS-CE). Coordenador de Pesquisa sobre Depoimento Especial de Criança Vítima de Violência do Conselho Nacional de Justiça – CNJ (2017-2019). Autor de enunciados aprovados nas Jornadas de Direito Civil de 2018 (STJ). Advogado regularmente inscrito na OAB/SP e OAB/CE. Membro da Comissão de Direito de Família (CDF), Comissão Especial de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDDCA) e da Comissão de Ensino Jurídico (CEJ) da OAB/CE (2019-2021). Árbitro nacional (Câmara de Mediação e Arbitragem Especializada – Cames e Corte de Paris). Vencedor do Prêmio Jabuti 2012 com o livro *Direitos da Criança e do Adolescente em face da TV* (São Paulo: Saraiva, 2011). Vencedor do Prêmio Orlando Gomes-Elson Gottschalk da Academia Brasileira de Letras Jurídicas (2002 e 2010). Autor de mais de 120 obras publicadas (livros e artigos) no Brasil e exterior. Jornalista.

**Bernardo Azevedo Freire**

Especialista em Direito Civil e Processo Civil (EPD). Pós-Graduando em Direito Societário (FGV) e Direito Digital (Ebradi). Advogado.

**Bruno de Lima Acioli**

Mestre em Direito pela Universidade Federal de Alagoas. Membro do grupo de pesquisas Direito Privado e Contemporaneidade (Ufal). Membro da Comissão de Inovação e Tecnologia Jurídica da OAB Alagoas. Professor de Direito Civil e Direito Empresarial no Centro Universitário Mário Pontes Jucá (UMJ). Advogado. Contato: bruno.acioli@uol.com.br.

### **Caio Morau**

Doutorando e Mestre em Direito Civil pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco (USP). Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Ribeirão Preto (USP), com um ano da graduação cursado na Universidade de Paris. Professor de Direito Civil e Direito Empresarial da Universidade Católica de Brasília. Professor convidado da Escola Superior de Direito no Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Direito Civil e Processo Civil. Professor convidado do Curso Preparatório para OAB Proordem. Professor convidado do portal jurídico Trilhante. Membro da Comissão de Assuntos Legislativos da Associação de Direito de Família e das Sucessões (ADFAS). Membro da União dos Juristas Católicos de São Paulo (UJUCASP). Parecerista *ad hoc* da *Revista de Direito de Família e das Sucessões*. Monitor de História do Direito na Faculdade de Direito do Largo São Francisco (USP). Autor de artigos e obras jurídicas. Assessor jurídico no Senado Federal. Consultor. Advogado. Árbitro (Câmara de Mediação e Arbitragem Especializada – Cames).

### **Camila Possan de Oliveira**

Mestre em Direito do Consumidor e da Concorrência pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Especialista em Direito Bancário, Direito do Consumidor e Direito Processual Civil. Advogada.

### **Carlos Edison do Rêgo Monteiro Filho**

Professor Titular e Ex-Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da UERJ. Doutor em Direito Civil e Mestre em Direito da Cidade pela UERJ. Presidente do Fórum Permanente de Direito Civil da Escola Superior de Advocacia Pública da Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro (Esap/PGE). Vice-Presidente do Iberc (Instituto Brasileiro de Estudos da Responsabilidade Civil). Advogado. Consultor. Parecerista em temas de Direito Privado.

### **Carlos Henrique Félix Dantas**

Mestrando em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Pós-Graduando em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Graduado em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Constitucionalização das Relações Privadas (Conrep/UFPE/CNPq). Associado do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFam). Advogado. *E-mail*: carloshenriquefd@hotmail.com.

### **Carlos Nelson Konder**

Professor do Departamento de Direito Civil da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e do Departamento de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Doutor e Mestre em Direito Civil pela UERJ. Especialista em Direito Civil pela Universidade de Camerino (Itália). Advogado.

### **Caroline Pomjé**

Mestra em Direito Privado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Advogada em Porto Alegre/RS. *E-mail*: caroline@scarparo.adv.br.

### **Cássio Monteiro Rodrigues**

Doutorando e Mestre em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Especialista em Responsabilidade Civil e Direito do Consumidor pela Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ). Professor convidado de cursos da PUC-Rio e do Ceped-UERJ. Advogado.

### **Clara Cardoso Machado Jaborandy**

Doutora e Mestre em Direito pela Universidade Federal da Bahia. Professora do Mestrado em Direitos Humanos da Universidade Tiradentes. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Direitos Fundamentais, Novos Direitos e Evolução Social, presente no diretório do CNPq. Advogada militante em Direito Público e Empresarial. Vice-Presidente da Comissão de Estudos Constitucionais da OAB/SE.

### **Cristiano Heineck Schmitt**

Doutor e Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Pós-Graduado pela Escola da Magistratura do Rio Grande do Sul – Ajuris. Advogado. Membro da Comissão Especial de Defesa do Consumidor da OAB/RS e do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor de Porto Alegre/RS. Diretor Secretário-Geral Adjunto do Instituto Brasilcon. Professor da Faculdade de Direito da PUCRS e de cursos de Especialização em Direito. Autor de livros e de artigos jurídicos.

### **Daniel Sampaio de Azevedo**

Advogado, com LL.M pela Washington University in St. Louis, MO (EUA). Mestre em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal da Paraíba. *E-mail*: sampaiozvd@hotmail.com.

### **Dante Ponte de Brito**

Professor Adjunto III da Faculdade de Direito (Fadi) e do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Pós-Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre em Direito pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Advogado atuante nas áreas de Direito Civil e do Consumidor. *E-mail*: dantepb@ufpi.edu.br



**Eduardo Henrique Costa**

Mestrando em Direito Público pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Especialista em Teoria do Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Professor do Centro Universitário Cesmac. Advogado.

**Eduardo Luiz Busatta**

Doutorando em Direito Público pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. Mestre em Direito Negocial pela Universidade Estadual de Londrina – UEL. Procurador do Estado do Paraná. *E-mail*: elbusatta@gmail.com.

**Eduardo Nunes de Souza**

Doutor e Mestre em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor Adjunto de Direito Civil dos cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado da Faculdade de Direito da UERJ. Professor dos cursos de Pós-Graduação *lato sensu* do Ceped-UERJ e da PUC-Rio.

**Erick Lucena Campos Peixoto**

Mestre em Direito pela Universidade Federal de Alagoas. Membro do grupo de pesquisas de Direito Privado e Contemporaneidade (Ufal). Membro da Comissão de Inovação e Tecnologia Jurídica da OAB Alagoas. Professor de Direito Civil e Direito Digital no Centro Universitário Mário Pontes Jucá (UMJ). Advogado. *E-mail*: ericklucenacp@gmail.com.

**Erika Isler Soto**

Profesora de Derecho Civil, Universidad de Talca. Abogada; Licenciada en Ciencias Jurídicas y Sociales, Universidad Austral de Chile; Licenciada en Estética, Pontificia Universidad Católica de Chile; Magíster en Derecho, mención Derecho Privado, Universidad de Chile; Magíster en Ciencia Jurídica, Pontificia Universidad Católica de Chile; Doctora en Derecho, Pontificia Universidad Católica de Chile; eisler@utalca.cl.

**Fernanda Rêgo Oliveira Dias**

Mestranda em Direito pela UFBA. Membro do grupo de pesquisa Autonomia e Direito Civil Contemporâneo. Advogada.

**Flaviana Rampazzo Soares**

Professora em cursos de Pós-Graduação em Direito *lato sensu*. Especialista em Direito Processual Civil pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. Mestre e Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Advogada. *E-mail*: frampazzo@hotmail.com.

**Gabriel Honorato**

Mestre em Direito pela UFPB. Pós-Graduado em Direito Civil pela ESA/PB. Advogado. Professor. Diretor Tesoureiro do IBDFam/PB. Membro da Comissão Nacional de Direito de Família e Sucessões do CFOAB.

**Gabriela Buarque Pereira Silva**

Mestranda em Direito Público pela Universidade Federal de Alagoas. Advogada. *E-mail*: gabrielabuarqueps@gmail.com.

**Geraldo Frazão de Aquino Júnior**

Doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Graduado e Mestre em Direito e em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

**Guilherme Magalhães Martins**

Promotor de Justiça Titular da 5ª Promotoria do Consumidor e Contribuinte da Capital – Rio de Janeiro. Professor Associado de Direito Civil da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Professor Permanente do Doutorado em Direito, Instituições e Negócios da Universidade Federal Fluminense – UFF. Doutor em Direito Civil (2006), Mestre em Direito Civil (2001) e Bacharel (1994) pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Pós-Doutorando em Direito Comercial pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP – Largo de São Francisco. Professor Adjunto (licenciado) da Faculdade de Direito da Universidade Cândido Mendes – Centro. Foi Professor Visitante do Mestrado e Doutorado em Direito e da Graduação em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ (2009-2010). É Membro Honorário do Instituto dos Advogados Brasileiros – IAB Nacional, junto à Comissão de Direito do Consumidor. Leciona Direito Civil, Direito do Consumidor e temas ligados ao Direito Digital e aos novos direitos. Diretor do Brasilcon. Diretor Institucional do Iberc e associado do IBDFam.

**Gustavo Souza de Azevedo**

Mestrando em Direito Civil na Faculdade de Direito da UERJ. Advogado.



**Ingrid Zanella Andrade Campos**

Doutora e Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Especialista em Liability for Maritime Claims e Law of Marine Insurance, pela International Maritime Law Institute. Professora da Faculdade Damas da Instrução Cristã. Professora Adjunta da UFPE. Vice-Presidente da OAB/PE. Presidente da Comissão de Direito Marítimo, Portuário e do Petróleo da OAB/PE. Secretária-Geral da Comissão Nacional de Direito Marítimo e Portuário da OAB. Membro da Diretoria da Women's International Shipping & Trading Association – WISTA, do Instituto Ibero-Americano de Direito Marítimo – IIDM, da Associação Brasileira de Direito Marítimo – ABDM. Secretária-Geral do Instituto dos Advogados de Pernambuco – IAP. Árbitra permanente do Centro Brasileiro de Arbitragem Marítima (CBAM). Auditora Ambiental Líder de terminais de granel líquido, portos, plataformas e refinarias. Oficial da Ordem do Mérito Naval – Marinha do Brasil. Sócia do escritório Queiroz Cavalcanti Advocacia.

**Jéssica Andrade Modesto**

Mestranda em Direito Público pela Universidade Federal de Alagoas. Advogada. Servidora Pública Federal. *E-mail*: jessicaandrademodesto@hotmail.com.

**João Quinelato**

Mestre e Doutorando em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor de Direito Civil do Ibmec. Secretário-Geral da Comissão de Direito Civil da OAB-RJ. Associado ao Instituto Brasileiro de Direito Civil – IBDCivil. Advogado. *E-mail*: joao@lapaadogados.com.br.

**José Barros Correia Junior**

Doutor em Constitucionalização das Relações Privadas pela Faculdade de Direito de Recife – FDR/UFPE. Professor dos cursos de Graduação e Mestrado da Faculdade de Direito de Alagoas – FDA/Ufal. Pesquisador vinculado aos grupos de pesquisa Constitucionalização das Relações Privadas da UFPE e Problemas de Direito Civil Constitucional na Sociedade Contemporânea da Ufal. Advogado militante.

**José Luiz de Moura Faleiros Júnior**

Mestre em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Especialista em Direito Processual Civil, Direito Civil e Empresarial, Direito Digital e Compliance. Participou de curso de extensão em Direito Digital da University of Chicago. Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Professor de cursos preparatórios para a prática advocatícia. Foi pesquisador do Grupo de Estudos em Direito Digital da Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Membro do Instituto Avançado de Proteção de Dados – IAPD. Associado do Instituto Brasileiro de Estudos de Responsabilidade Civil – Iberc. Autor de obras e artigos dedicados ao estudo do direito e as suas interações com a tecnologia. Advogado.

**Juliana de Oliveira Jota Dantas**

Professora Adjunta da Faculdade de Direito de Alagoas (FDA/Ufal). Doutora em Direito pela UFPE.

**Leonardo Minaré Braúna**

Biólogo.

**Livia Teixeira Leal**

Doutoranda e Mestre em Direito Civil pela UERJ. Pós-Graduada pela EMERJ. Professora da PUC-Rio, da EMERJ e da ESAP. Assessora no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro – TJRJ. Autora do livro *Internet e morte do usuário: propostas para o tratamento jurídico post mortem do conteúdo inserido na rede*, publicado pela Editora GZ.

**Lorenzo Caser Mill**

Mestrando em Direito Processual e Bacharel pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Membro do Grupo de Pesquisa Desafios do Processo (UFES). Advogado.

**Lucas Abreu Barroso**

Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor de Direito Privado na Universidade Federal do Espírito Santo. Advogado.

**Manuel Camelo Ferreira da Silva Netto**

Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Graduado em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). Foi Pesquisador Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) durante o Mestrado. Advogado. Mediador Humanista. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Constitucionalização das Relações Privadas (Conrep/UFPE/CNPq). Associado do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFam). *E-mail*: manuelcamelo2012@hotmail.com.

**Marcelo de Oliveira Milagres**

Pós-Doutor pela Università degli Studi di Verona. Doutor e Mestre em Direito pela UFMG. Professor de Direito Civil na UFMG (Graduação e Pós-Graduação).

**Marcelo L. F. de Macedo Bürger**

Doutorando e Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor de Direito Civil no Centro Universitário Curitiba (Unicuriitiba). Presidente da Comissão de Relações Acadêmicas do IBDfam. Membro do Iberc e do grupo de pesquisa Virada de Copérnico (PPGD/UFPR).

**Marco Antônio de Almeida Lima**

Mestrando em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Advogado.

**Marcos Catalan**

Doutor *summa cum laude* em Direito pela Faculdade do Largo do São Francisco – Universidade de São Paulo. Mestre em Direito pela Universidade Estadual de Londrina. Professor no PPG em Direito e Sociedade da Unilasalle. *Visiting Scholar* no Instituto Universitario di Architettura di Venezia (2015-2016). Estágio Pós-Doutoral na Facultat de Dret da Universitat de Barcelona (2015-2016). Professor visitante no Mestrado em Direito de Danos da Facultad de Derecho da Universidade da República, Uruguai. Professor visitante no Mestrado em Direito dos Negócios da Universidade de Granada, Espanha. Professor visitante no Mestrado em Direito Privado da Universidade de Córdoba na Argentina. Editor da *Revista Eletrônica Direito e Sociedade*. Líder do grupo de pesquisas Teorias Sociais do Direito. Cofundador da rede de pesquisas Agendas de Direito Civil Constitucional. Advogado Parecerista.

**Marcos Ehrhardt Júnior**

Advogado. Doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor de Direito Civil da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e do Centro Universitário Cesmac. Editor da *Revista Fórum de Direito Civil (RFDC)*. Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Civil (IBDCivil). Presidente da Comissão de Enunciados do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFam). Associado do Instituto Brasileiro de Estudos em Responsabilidade Civil (Iberc). Membro Fundador do Instituto Brasileiro de Direito Contratual – IBDCont. *E-mail*: contato@marcosehrhardt.com.br.

**Maria Rita de Holanda**

Pós-Doutora pela Universidad de Sevilla. Doutora em Direito Civil pela UFPE. Professora Adjunta I da Universidade Católica de Pernambuco. Membro do Grupo de Pesquisa Conrep – Constitucionalização das Relações Privadas da UFPE.

**María Natalia Mato Pacín**

Profesora Doctora de Derecho Civil – Universidad Carlos III de Madrid.

**Maurício Requião**

Doutor em Direito pela UFBA. Professor de Direito Civil na Universidade Federal da Bahia e na Faculdade Baiana de Direito. Líder do grupo de pesquisa Autonomia e Direito Civil Contemporâneo. Advogado.

**Mikaela Minaré Braúna**

Advogada.

**Natalia Wilson Aponte**

Abogada de la Universidad Externado de Colombia. Especialista en Derecho de Seguros de la Pontificia Universidad Javeriana (Bogotá, Colombia). Especialista en Derecho Comercial de la Universidad de los Andes (Bogotá, Colombia). Máster en Derecho de Daños de la Universitat de Girona, España. Estudiante de Doctorado de la Universitat de Girona, España.

**Paula Falcão Albuquerque**

Doutoranda em Direito pela UFPE. Mestra em Direito pela Ufal. Integrante do grupo de pesquisa Constitucionalização das Relações Privadas (Conrep), da UFPE. Pesquisadora do grupo de pesquisa Direito Privado e Contemporaneidade, da Ufal. Professora de Direito. Advogada. *E-mail*: paula.falcao@hotmail.com.

**Paulo Mayerle Queiroz**

Mestrando em Direito das Relações Sociais pelo PPGD-UFPR. Pós-Graduando em Direito das Famílias e das Sucessões pela Universidade Positivo. Bacharel em Direito pela UFPR. Membro do Grupo de Pesquisa Virada de Copérnico (PPGD-UFPR). Advogado.

**Paulo Nalin**

Advogado. Sócio da Araúz Advogados Associados. Pós-Doutor em Contratos Internacionais pela Juristische Fakultät Basel (Faculdade de Direito da Universidade de Basiléia, Suíça). Doutor em Direito das Relações Sociais pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Mestre em Direito Privado pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Graduado em Direito pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Docente associado de Direito Civil da Universidade Federal do Paraná (Graduação e Pós-Graduação). Professor do L.L.M. da Swiss International Law School (SILS). Foi Professor Titular de Direito Civil da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, de 2003 a 2004. Membro da Comissão de Mediação e Arbitragem da Ordem dos Advogados do

Brasil, Seccional do Paraná – OAB/PR. Árbitro relacionado nas listas da Câmara de Arbitragem e Mediação da Federação das Indústrias do Paraná – Camfiap e Câmara de Mediação e Arbitragem da Associação Comercial do Paraná – Arbitac. Membro fundador do Instituto Brasileiro de Direito Contratual – IBDCont e Instituto de Direito Privado – IDP. Associado ao Instituto dos Advogados do Paraná – IAP, Instituto de Direito Civil – IBDCivil e Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro. Membro efetivo do Instituto dos Advogados de São Paulo – IASP. Membro do Comitê Brasileiro de Arbitragem – CBAR. Membro do Grupo de Trabalho do Senado Federal para a consolidação e proposta do novo Código Comercial. Membro do Iberc – Instituto Brasileiro de Estudos em Responsabilidade Civil. *E-mail*: paulo\_nalin@arauz.com.br.

**Phillip Gil França**

Pós-Doutor (Capes – PNPd). Doutor e Mestre em Direito do Estado pela PUCRS, com pesquisas em Doutorado Sanduiche – Capes na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Professor da Graduação e Pós-Graduação da Univel e da Escola da Magistratura do Paraná. Pesquisador do Grupo de Pesquisas Direito e Regulações da Univel. Advogado.

**Rafael Corrêa**

Mestre em Direito das Relações Sociais pela Universidade Federal do Paraná. Especialista em Direito Público, com ênfase em Direito Constitucional, pela Escola de Magistratura Federal do Estado do Paraná (Esmafe/PR) e UniBrasil. Pesquisador integrante do Núcleo de Estudos em Direito Civil-Constitucional da Universidade Federal do Paraná (Virada de Copérnico/UFPR) no eixo de Relações Jurídicas Contratuais e Responsabilidade Civil.

**Rafaella Nogaroli**

Assessora de Desembargador no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Pós-Graduada em Direito Médico pelo Centro Universitário Curitiba (Unicuritiba) e em Direito Aplicado pela Escola da Magistratura do Paraná (Emap). Especialista em Direito Processual Civil pelo Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Bacharel em Direito pelo Unicuritiba. Coordenadora do grupo de pesquisas Direito da Saúde e Empresas Médicas (Unicuritiba), ao lado do Prof. Miguel Kfoury Neto. Membro do Iberc – Instituto Brasileiro de Estudos em Responsabilidade Civil. *E-mail*: nogaroli@gmail.com

**Regina Linden Ruaro**

Doutora em Direito pela Universidad Complutense de Madrid. Pós-Doutora pela Universidad de San Pablo – CEU de Madrid. Professora Decana Associada da Escola de Direito da PUCRS. Membro do Grupo Internacional de Pesquisa em Proteção de Dados Pessoais – Privacidad y Acceso.

**Ricardo Schneider Rodrigues**

Doutor em Direito pela PUCRS. Mestre em Direito Público pela Ufal. Professor Titular do Centro Universitário Cesmac. Sócio fundador/idealizador e Vice-Presidente do Instituto de Direito Administrativo de Alagoas. Procurador do Ministério Público de Contas de Alagoas.

**Rodrigo Mazzei**

Mestre (PUC-SP). Doutor (Fadisp). Pós-Doutor. (Ufes). Líder do Núcleo de Estudos em Processo e Tratamento de Conflitos (Neapi – Ufes). Professor da Ufes (Graduação e PPGDir). Advogado. Consultor Jurídico.

**Simone Tassinari Cardoso Fleischmann**

Professora de Direito Civil na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestra e Doutora em Direito. Mediadora. Advogada. *E-mail*: sitassinari@hotmail.com.

**Tatiane Gonçalves Miranda Goldhar**

Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Especialista em Processo Civil pela JusPodivm. Advogada especialista na área de Família e Contratos. Conselheira Federal da Ordem dos Advogados – OAB/SE. Professora Universitária dos cursos de Graduação e Pós-Graduação. Presidente da Associação Jurídico-Espírita do Estado de Sergipe (AJE-SE). *Lattes*: <http://lattes.cnpq.br/8888290603918536>.